



Invest – Gestão de Activos, SGFIM, SA

**RELATÓRIO E CONTAS
2019**

Relatório do Conselho de Administração

1. Enquadramento macro-económico
2. Actividade desenvolvida pela Sociedade
3. Resultados Apurados e sua Aplicação
4. Agradecimentos Devidos
5. Balanço e Demonstração de Resultados
6. Anexo às Demonstrações Financeiras
7. Certificação Legal das Contas
8. Relatório e Parecer do Fiscal Único

M. J.

Relatório do Conselho de Administração

1. Enquadramento Macroeconómico Economia global

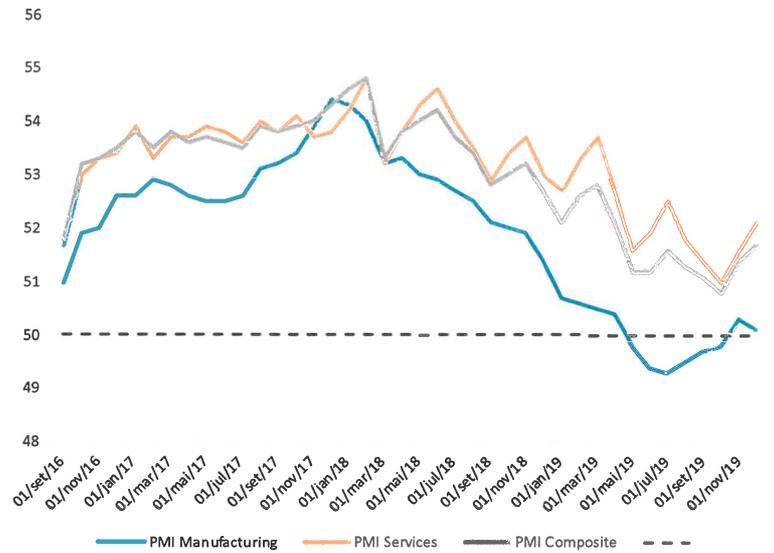
Em 2019, a economia mundial registou a menor taxa de crescimento da última década, desde a crise financeira global. Entre as economias avançadas, o enfraquecimento foi generalizado, afetando as principais economias (Estados Unidos e especialmente a área do euro). A desaceleração da atividade foi ainda mais acentuada nos mercados emergentes e nas economias em desenvolvimento, incluindo Brasil, China, Índia, México e Rússia, e em algumas economias em dificuldades financeiras e sociais específicas, como a Argentina.

Na base do abrandamento registado estiveram, sobretudo, o aumento das barreiras comerciais e a consequente incerteza gerada, que pesaram no sentimento empresarial penalizando o investimento e, em particular, o sector industrial a nível global. De acordo com as últimas estimativas do Fundo Internacional Monetário (FMI), a economia mundial deverá crescer 2,9% em 2019 (3,6%, em 2018), acelerando para os 3,3%, em 2020.

Neste contexto de desaceleração, os principais Bancos Centrais retomaram (aumentaram) preventivamente políticas monetárias mais expansionistas, contribuindo para a melhoria do sentimento dos investidores e empresários na segunda metade de 2019, tal como medido pelos índices PMI (Purchasing Managers' Index).



Global PMI



Fonte: Bloomberg. PMI – Purchasing Managers' Index.

Nos Estados Unidos, o PIB é esperado crescer 2,3% em 2019, menos 0,6 pontos percentuais (pp) que no ano anterior. A atual expansão económica dos Estados Unidos é já a mais longa desde que há registo, mas está a abrandar, em larga medida, devido às tensões comerciais com a China e aumento das tarifas sobre as importações de vários produtos, e à diminuição da atividade industrial. Porém, o sector dos serviços e o emprego mantiveram-se ao longo do ano relativamente resilientes, suportando o consumo privado, um importante motor da economia norte-americana. A taxa de desemprego terminou o ano nos 3,5%, no valor mínimo desde 1969 e muito abaixo da média de 5,7% desde 1948. A taxa de participação no mercado de trabalho mantém-se estável nos 63,2% e ligeiramente acima da média de longo prazo (62,9%). Refletindo o bom momento do mercado de trabalho, incluindo um crescimento dos salários de 5,2% em termos anuais, a taxa de inflação registou uma ligeira subida durante o último trimestre, encerrando o ano nos 2,3%. De acordo com o FMI, a economia norte-americana deverá crescer 2,0% e 1,7% em 2020 e 2021, com o menor impacto da política fiscal a ser

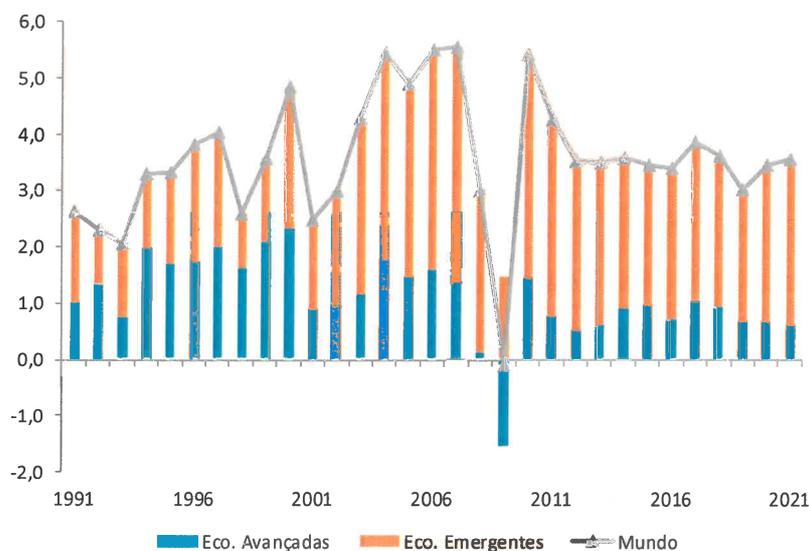
Handwritten signature

contrabalançado pela política monetária mais acomodatória, após os cortes das taxas de juro pela Reserva Federal, para o atual intervalo de 1,50%-1,75%.

O crescimento da Zona Euro deverá ficar-se pelos 1,2% em 2019, menos 0,7 pp relativamente ao ano anterior. O crescimento mantém-se particularmente reduzido e, de acordo com as estimativas do FMI, com baixas perspetivas de melhoria nos próximos dois anos (1,3% e 1,4% em 2020 e 2021, respetivamente). A fraca procura externa, as tensões comerciais e a incerteza política (eg, Brexit) continuam a pesar no investimento e na atividade industrial, apesar das condições monetárias manterem-se acomodatórias. Com efeito, a manutenção da taxa de inflação em torno dos 1% levou o Banco Central Europeu (BCE) a cortar novamente as taxas de juro em 2019, embora não deixando de chamar a atenção para a necessidade dos governos aumentarem o investimento público, no sentido de revitalizar a atividade económica e os preços.

Para as economias emergentes em desenvolvimento o crescimento é projetado aumentar, dos 3,7% em 2019, para os 4,4% em 2020 e 4,6% em 2021. Segundo o FMI, a China deverá crescer 6,1% em 2019, o valor mais baixo desde 1992, penalizada pelas tensões comerciais com os Estados Unidos, diminuição da procura global e aumento do endividamento dos governos locais. A desaceleração é esperada manter-se nos próximos anos, com taxas de crescimento do PIB de 6,0% e 5,8% em 2020 e 2021, respetivamente. Destaque ainda para a Índia, cuja economia registou um abrandamento significativo em 2019. Após um crescimento de 6,8% em 2018, a economia indiana é esperada crescer 4,8% em 2019, recuperando para os 5,8% em 2020, de acordo com o FMI. Com efeito, uma vez reduzida a incerteza política, com a reeleição do primeiro-ministro Modi em Maio passado, os recentes cortes de impostos deverão impulsionar o investimento e o consumo privado.

Crescimento da economia mundial



Fonte: FMI

Economia nacional

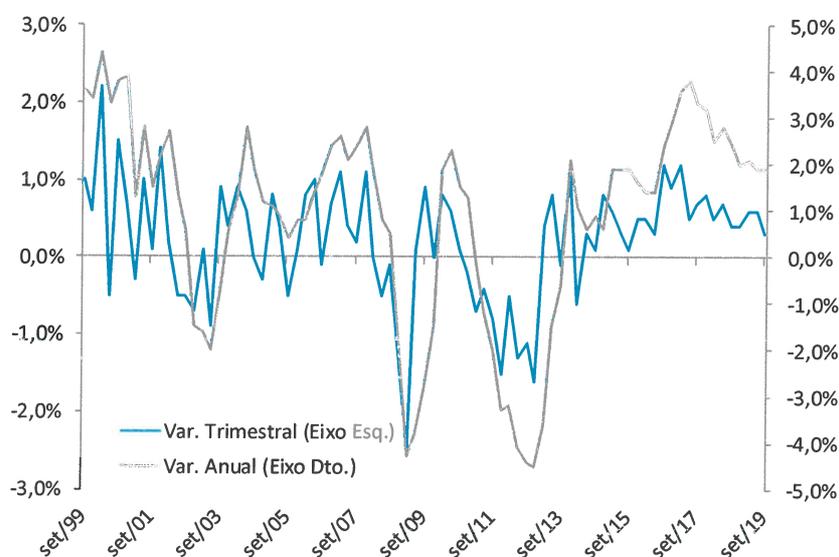
De acordo com as estimativas da Comissão Europeia, o crescimento da economia nacional é esperado ter desacelerado de 2,4%, em 2018, para 2,0% em 2019. Esta tendência deverá manter-se em 2020 e 2021, com um crescimento anual de 1,7%. A procura interna manteve-se como um importante contribuidor para o crescimento, graças à recuperação do investimento e do consumo privado, os quais são esperados manterem-se resilientes em 2020 e 2021. A nível externo, em 2019 observou-se uma aceleração das importações, que aumentaram mais do que as exportações pelo segundo ano consecutivo. Deste modo, o saldo da balança externa regista uma deterioração, e o saldo da balança corrente é estimado diminuir de 0,1% do PIB, em 2018, para -1,0%, em 2021.

Em termos de inflação, de acordo com o INE, o Índice de Preços no Consumidor (IPC) registou uma taxa de variação homóloga de apenas 0,4% em Dezembro de 2019, colocando a média anual nos 0,3% (1,0% no ano anterior). Excluindo do IPC a energia e os bens alimentares não transformados,

a taxa de variação média situou-se em 0,5% em 2019 (0,7% no ano anterior). De acordo com a Comissão Europeia, a inflação deverá aumentar para os 1,1% e 1,4%, em 2020 e 2021, respetivamente.

Por sua vez, a taxa de desemprego terminou 2019 nos 6,7%, subindo 0,6 pp relativamente ao final do terceiro trimestre, mas sem variação face ao final do ano anterior. Segundo a Comissão Europeia, o desemprego deverá manter a trajetória descendente, fixando-se nos 5,9% e 5,6% em 2020 e 2021, respetivamente, com os sectores dos serviços e da construção a serem os principais contribuidores para a criação de emprego neste período.

Crescimento do PIB nacional



Fonte: Bloomberg

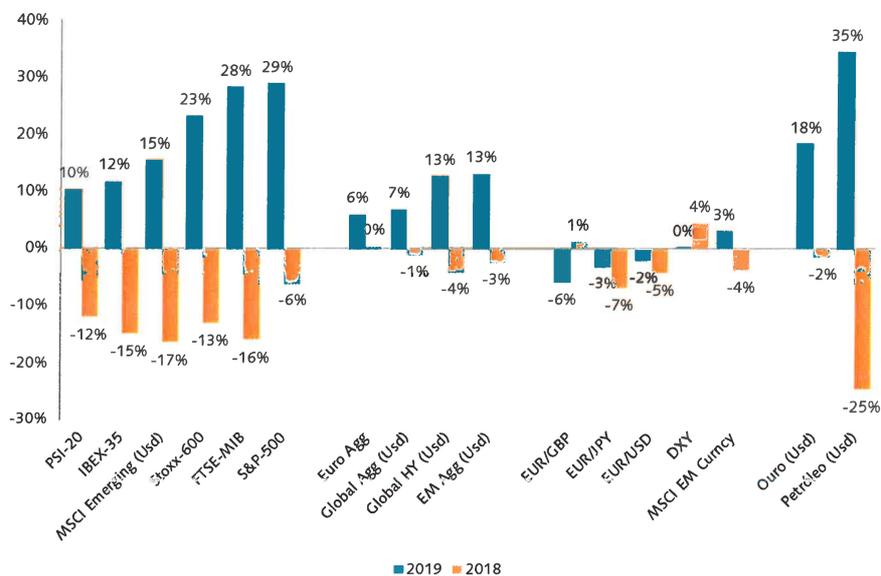
Mercados financeiros

2019 foi um ano de forte recuperação face às perdas registadas no ano anterior nas diferentes classes de ativos. Se em 2018 não existiu praticamente nenhuma classe de ativos em terreno positivo, devido principalmente a um último trimestre bastante negativo, em 2019 a narrativa mudou por completo, com ganhos na generalidade das classes de ativos analisadas e, nalguns casos, com valorizações muito expressivas.

AV

Num contexto de abrandamento económico global, os ganhos nos mercados financeiros foram catapultados, sobretudo, pela ação proactiva dos Bancos Centrais, em particular da Reserva Federal (FED), e pelo desanuviamento de alguns fatores de risco, como por exemplo a guerra comercial entre os Estados Unidos e a China e o acordo entre o Reino Unido e a União Europeia, no sentido de um Brexit ordenado.

Mercados Financeiros em 2019



Fonte: Bloomberg. Moeda local.

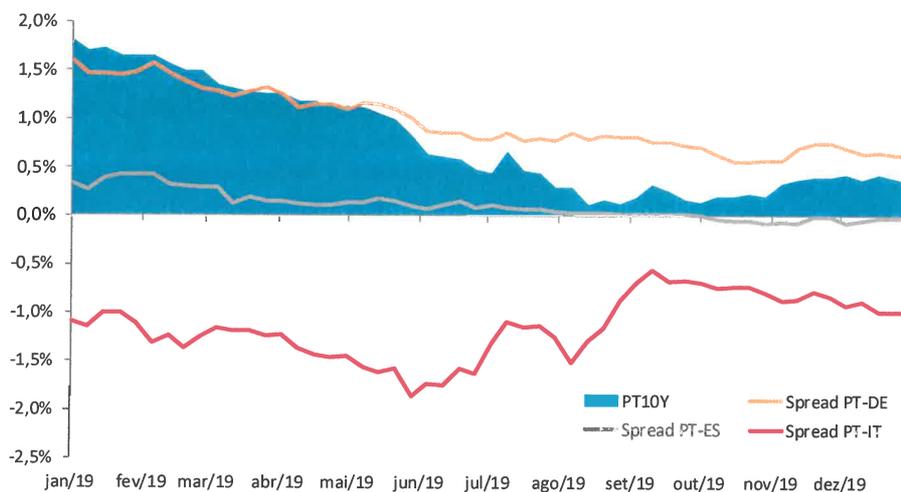
Do ponto de vista fundamental, nos mercados acionistas os ganhos foram obtidos à custa da expansão dos múltiplos de avaliação, considerando o fraco crescimento de resultados esperado para 2019, e suportados pela descida das yields das obrigações da dívida pública. Nos mercados de dívida privada, o ano foi igualmente de ganhos assinaláveis, tanto no segmento de Investment Grade como High Yield, num contexto de forte diminuição dos spreads de crédito e suporte dos Bancos Centrais.

Face ao exposto, o MSCI World, o índice accionista global, ganhou cerca de 27% no ano (em USD), o melhor resultado desde 2009. Nas outras classes de

Handwritten signature

ativos os ganhos foram igualmente expressivos: nas obrigações o High Yield Global valorizou 13% (em USD) e o segmento Investment Grade global valorizou 7% (em USD). Entre as commodities, destaque para a recuperação da cotação do petróleo WTI (35%), aproximando-se do preço médio dos últimos anos e refletindo também o aumento da instabilidade no Médio Oriente. Por sua vez, a cotação do Ouro subiu 18% (em USD), suportada pela maior procura por ativos 'risk-off'.

Yield a 10 anos de Portugal



Fonte: Bloomberg

Relativamente à dívida europeia periférica, 2019 foi um ano igualmente de recuperação. Os spreads dos países periféricos baixaram face à Alemanha, o que aconteceu apesar das yields alemãs terem diminuído. Num contexto de descida das yields e procura por alternativas com maior rendibilidade, a dívida dos países periféricos registou uma forte procura, ao que não terá sido alheia a diminuição do risco político, nomeadamente em Itália e Grécia, com governos mais pró-europeus. Em Portugal, a recuperação recente da economia e a perceção de um baixo risco político permitiu reduzir o prémio de risco face à Alemanha dos 160 bp para os 64 bp, e o diferencial face à Espanha, dos 33 bp para os -3 bp, na maturidade de 10 anos, ano longo de 2019.

Handwritten signature or initials in blue ink.

2. Atividade desenvolvida pela Sociedade

Durante o ano de 2019, a Sociedade prosseguiu a sua atividade através da gestão de dois fundos mobiliários – o fundo de ações “Invest Ibéria” (anteriormente denominado “Alves Ribeiro - Médias Empresas Portugal”) e o fundo poupança reforma “Alves Ribeiro PPR” – e dois fundos imobiliários – o Fundo Tejo e o Fundo Inspirar.

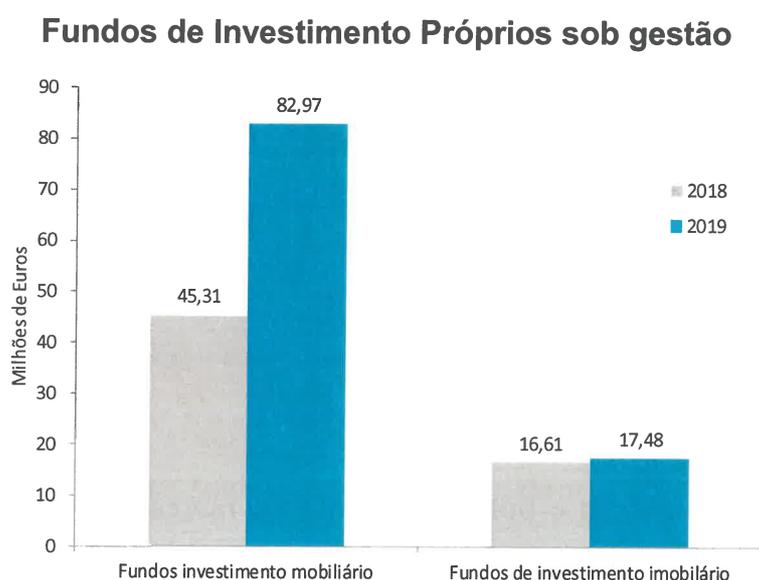
Em 26 de Março de 2019, foi autorizada pela CMVM a transformação do Fundo “Alves Ribeiro PPR” em Organismo de Investimento Coletivo em Valores Mobiliários (OICVM), alterando a sua designação de “Alves Ribeiro PPR – Fundo de Investimento Mobiliário Aberto de Poupança Reforma” para “Alves Ribeiro PPR / OICVM – Fundo de Investimento Mobiliário Aberto de Poupança Reforma”.

Fundos de Investimento Mobiliários

O Fundo **Alves Ribeiro – Plano Poupança Reforma** encerrou o ano de 2019 com uma valorização de 15,1%. O ano foi de forte recuperação para a generalidade das classes de ativos, num contexto de incertezas várias contrabalançadas pela ação pró-ativa dos bancos centrais, com destaque para a Reserva Federal norte-americana. A perspetiva de desanuviamento das tensões comerciais entre os Estados-Unidos e a China, a diminuição dos receios quanto a uma Brexit desordenado e, sobretudo, a manutenção de taxas de juro reais muito baixas (e mesmo negativas) catapultaram os ativos com mais risco. Deste modo, o Fundo beneficiou a boa performance das Ações e das obrigações High Yield e Híbridas, três classes de ativos com um peso importante na carteira do fundo. Desde o início de atividade, em Novembro de 2001, a rendibilidade anualizada situa-se nos 7,2%.

Por sua vez, o Fundo **Invest Ibéria** terminou o ano com uma valorização de 8,0%. Em termos gerais, o desempenho relativo do Fundo foi penalizado pelo mau comportamento dos sectores Financeiro, Telecomunicações e Materiais. Os mercados ibéricos registaram uma valorização abaixo da média dos congéneres europeus, penalizados pela instabilidade política em Espanha e fraca liquidez no mercado nacional. Desde o início da nova estratégia ibérica, em Dezembro de 2016, o Fundo regista um ganho de 7,5%, o que compara com 3,6% e 13,3% dos índices IBEX-35 e PSI-20, respetivamente, no mesmo período.

No último ano, os Fundos de Investimento Próprios geridos pela Invest Gestão de Activos - SGFIM aumentaram 38,6 milhões de euros (62,2%) para 100,5 milhões de euros. Tal como no ano anterior, o principal contribuidor para este crescimento foi o Fundo Alves Ribeiro – PPR, com um aumento de 83,1% dos ativos sob gestão, enquanto os Fundos de Investimento Imobiliário cresceram 5,2%, para os 17,5 milhões de euros.



Fonte: Banco Invest

Em 31 de Dezembro de 2019, os principais indicadores de rentabilidade e risco destes Fundos são os seguintes:

Fundo Invest Ibéria

	Rendibilidade Anualizada	Volatilidade Anualizada	Nível de Risco (1 a 7)
Desde o início (30-Abr-1999) ¹	-0,1%	17,8%	6
Últimos 12 meses	8,0%	14,1%	5
Últimos 3 anos ¹	1,9%	13,8%	5
Últimos 5 anos ¹	1,2%	16,8%	6

¹ A política de investimento do fundo foi alterada em 14 de Dezembro de 2016.

Fundo PPR

	Rendibilidade Anualizada	Volatilidade Anualizada	Nível de Risco (1 a 7)
Desde o início (15-Nov-2001)	7,2%	8,4%	4
Últimos 12 meses	15,1%	4,2%	3
Últimos 3 anos	6,9%	4,0%	3
Últimos 5 anos	8,0%	7,0%	4

Mercado Imobiliário

O ano de 2019 manteve o bom andamento do mercado imobiliário nacional, com os preços a manterem a toada de subida e a procura dos investidores internacionais a manter-se muito forte.

Do lado da oferta, depois de vários investimentos na reabilitação de edifícios, o ano de 2019 ficou marcado pelo arranque e reforço de projetos de construção nova, seja de escritórios seja de habitação.

O investimento global deverá ter-se mantido em redor dos €3.500 milhões, um valor próximo do atingido em 2018, que tinha marcado um record absoluto.

O volume de investimento tem sido mais limitado pela disponibilidade de ativos para venda do que pelo apetite dos investidores.

Entre as operações de maior dimensão registadas, destacam-se a venda de um projeto residencial em Marvila (Lisboa), por 140 milhões de euros, e a aquisição dos principais ativos da Herdade da Comporta pelo consórcio Vanguard Properties e Amorim Luxury à Gesfimo por 147 milhões de euros.

No sector de retalho, o segmento de centros comerciais foi o mais ativo, para o qual contribuiu a aquisição do AlgarveShopping e Albufeira Retail Park por 179 milhões de euros, assim como a venda do RioSul Shopping, 8ª Avenida e LoureShopping à Harbert por 170 milhões de euros.

As perspetivas para 2020 são de que se mantenha uma procura e dinâmica elevada no mercado nacional, com os níveis de investimento a manterem-se acima dos €3.000 milhões.

A limitação dos vistos gold nos investimentos em Lisboa e Porto não deverá ter grande impacto na procura nestas duas cidades.

Em síntese, são as seguintes as principais rubricas dos fundos imobiliários, a 31/12/2019:

Fundo Tejo

Valor Líquido do Fundo: 8.293.083,13 euro



Valor da UP classe A: 9.001,4206 euro

Valor da UP classe B: 5.072,4492 euro

Nr. UPs em circulação: 200 categoria A; 1280 categoria B

Em 2019 os resultados líquidos do Fundo foram de +€230,742, uma quebra de aproximadamente 50% face aos €458.165 registados em 2018, fundamentalmente devido a menos valias líquidas registadas na valorização dos imóveis em carteira em conformidade com os relatórios de reavaliação.

Ao longo do ano a gestão do fundo manteve o enfoque na rentabilização da sua carteira de imóveis, sem que se tenham verificado alterações relevantes na composição da mesma (foi apenas alienado um imóvel).

O recebimento das rendas dos imóveis em carteira foi superior às despesas de funcionamento do fundo, tendo atingido aproximadamente €430m, o que permitiu uma valorização do valor líquido do fundo de 2,8%, ou aproximadamente €230 mil.

Fundo Inspirar

Valor Líquido do Fundo: 9.188.308,32 euro

Valor da UP: 169,0239 euro

Nr. de UPs. em circulação: 54.361

Os resultados líquidos do Fundo atingiram os +€640.778 (versus -470,536 em 2018), em consequência de ganhos nas vendas e reavaliação em alta do património imobiliário do fundo (em termos líquidos +€2,15M).

Em 2019 o fundo arrancou com a construção do segundo edifício de habitação coletiva (Lote 17), como planeado, prevendo-se a conclusão das obras no 2º semestre de 2020.

3. Resultados Apurados e sua Aplicação

As contas do exercício a seguir apresentadas traduzem a atividade desenvolvida pela Sociedade, e a sua incidência na situação patrimonial e nos resultados apurados.

Os resultados líquidos apurados cifraram-se em 308.873,93 euros. Para eles se propõe a seguinte aplicação:

Reservas Livres308.873,93 euros

4. Agradecimentos Devidos

O Conselho de Administração faz questão de deixar registada uma palavra de muito apreço e agradecimento:

- A todos os Clientes, pela preferência e confiança demonstradas;
- Ao Banco de Portugal e à Comissão do Mercado de Valores Mobiliários pela atenção dispensada;
- Ao Fiscal Único, pela permanente colaboração e prestimoso apoio à condução das actividades da Sociedade.

Lisboa, 29 de Janeiro de 2020

O Conselho de Administração





Invest – Gestão de Activos, SGFIM, SA

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2019

INVEST GESTÃO DE ACTIVOS-SOCIEDADE GESTORA DE FUNDOS INV. MOBILIÁRIOS, SA

BALANÇOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018

(Montantes expressos em Euros)

ACTIVO	31-12-2019		31-12-2018		Notas	PASSIVO E CAPITAL PRÓPRIO	Notas	31-12-2019	31-12-2018
	Activo Bruto	Provisões, imparidade e amortizações	Activo líquido	Activo líquido					
Disponibilidades em instituições de crédito	3.623	-	3.623	164.205	7	Passivos por impostos correntes	89.673	72.345	
Aplicações em instituições de crédito	2.918.004	-	2.918.004	2.444.863	6	Outros passivos	29.544	17.698	
Activos intangíveis	43.500	(43.500)	-	-		Total do Passivo	119.217	90.043	
Outros activos	64.061	-	64.061	38.573		Capital	250.000	250.000	
						Outras reservas e resultados transitados	2.307.597	2.058.409	
						Resultado do exercício	308.874	249.189	
						Total do Capital próprio	2.866.471	2.557.598	
						Total do Passivo e Capital Próprio	2.985.688	2.647.641	
Total do Activo	3.029.188	(43.500)	2.985.688	2.647.641					

O Anexo faz parte integrante destes balanços.

INVEST GESTÃO DE ACTIVOS-SOCIEDADE GESTORA DE FUNDOS INV. MOBILIÁRIOS, SA

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018

(Montantes expressos em Euros)

	<u>Notas</u>	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Juros e rendimentos similares			
MARGEM FINANCEIRA	10	<u>2.626</u>	<u>3.618</u>
		<u>2.626</u>	<u>3.618</u>
Rendimentos de Serviços e comissões			
PRODUTO BANCÁRIO	11	<u>575.904</u>	<u>420.302</u>
		<u>578.530</u>	<u>423.920</u>
Custos com o Pessoal	13	<u>-129.184</u>	<u>-81.596</u>
Gastos gerais administrativos	12	<u>-50.798</u>	<u>-20.790</u>
RESULTADO ANTES DE IMPOSTOS		<u>398.547</u>	<u>321.534</u>
Impostos			
Correntes	7	<u>-89.673</u>	<u>-72.345</u>
RESULTADO APÓS IMPOSTOS		<u>308.874</u>	<u>249.189</u>

O Anexo faz parte integrante destas demonstrações.



INVEST GESTÃO DE ACTIVOS-SOCIEDADE GESTORA DE FUNDOS INV. MOBILIÁRIOS, SA

DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO

PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018

(Montantes expressos em Euros)

	Outras reservas e resultados transitados				Resultado do exercício	Total
	Capital	Reserva Legal	Reserva Livre	Resultados transitados		
Saldos em 31 de Dezembro de 2017	250.000	50.000	1.818.567	-	189.842	2.308.409
Aplicação do resultado do exercício de 2017	-	-	-	-	-	-
Transferência para reservas livres	-	-	189.842	-	(189.842)	-
Lucro do exercício 2018	-	-	-	-	249.188,54	249.189
Saldos em 31 de Dezembro de 2018	250.000	50.000	2.008.409	-	249.189	2.557.597,25
Aplicação do resultado do exercício de 2018	-	-	-	-	-	-
Transferência para reservas livres	-	-	249.189	-	(249.189)	-
Lucro do exercício 2019	-	-	-	-	308.874	308.874
Saldos em 31 de Dezembro de 2019	250.000	50.000	2.257.597	-	308.874	2.866.471

O Anexo faz parte integrante destas demonstrações.

INVEST GESTÃO DE ACTIVOS-SOCIEDADE GESTORA DE FUNDOS INV. MOBILIÁRIOS, SA

DEMONSTRAÇÃO DO OUTRO RENDIMENTO INTEGRAL

PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018

(Montantes expressos em Euros)

	2019	2018
Resultado individual	308.874	249.189
Rubricas que poderão ser reclassificadas para a demonstração de resultados		
Ganhos/perdas em Activos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integr.	-	-
Ganhos/perdas na conversão cambial	-	-
Ganhos/perdas atuariais com planos de pensões de benefícios definido	-	-
Outros ganhos/perdas que contribuem para outro rendimento integral	-	-
Resultado não reconhecido na demonstração de resultados	-	-
Rendimento integral individual	308.874	249.189

O Anexo faz parte integrante destas demonstrações.



INVEST GESTÃO DE ACTIVOS-SOCIEDADE GESTORA DE FUNDOS INV. MOBILIÁRIOS, SA

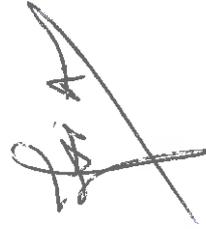
DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018

(Montantes expressos em Euros)

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
FLUXOS DE CAIXA DAS ACTIVIDADES OPERACIONAIS:		
Recebimentos de juros e comissões	553.490	413.113
Pagamentos ao pessoal e a fornecedores (Pagamento)/recebimento do imposto sobre o rendimento	(174.892)	(94.172)
Outros recebimentos/(pagamentos) relativos à actividade operacional	(72.345)	(55.115)
	4.485	3.618
Resultados operacionais antes das alterações nos activos operacionais	310.738	267.444
(Aumentos)/diminuições de activos operacionais:		
Outros activos	-	487
	-	487
Aumentos/(diminuições) de passivos operacionais:		
Outros passivos	3.680	551
	3.680	551
Caixa líquida das actividades operacionais	314.418	268.482
Aumento / (diminuição) líquido de caixa e seus equivalentes	314.418	268.482
Caixa e seus equivalentes no início do período	2.609.068	2.340.586
Caixa e seus equivalentes no fim do período	2.923.486	2.609.068

O Anexo faz parte integrante destas demonstrações.



(Montantes em Euros, excepto quando expressamente indicado)

1. NOTA INTRODUTÓRIA

A Invest Gestão de Activos - Sociedade Gestora de Fundos de Investimento Mobiliário, S.A. ("Invest Gestão de Activos" ou "Sociedade") é uma sociedade anónima, com sede social em Lisboa, constituída em 11 de Fevereiro de 1988. Foi registada na CMVM como Intermediária Financeira no dia 02-12-1998, com o nº 259.

A Sociedade é detida de forma directa pelo Banco Invest, S.A., e indirecta pela Alves Ribeiro Investimentos Financeiros, SGPS, S.A., sendo consolidada por esta última pelo método integral.

A totalidade das acções representativas do capital social (50.000 acções com um valor nominal de 5 Euros cada) são detidas na totalidade pelo Banco Invest, S.A, acionista único.

O objecto social da sociedade consiste na administração, gestão e representação de Fundos de Investimento Mobiliário, de Fundos de Investimento Imobiliário, de Fundos de capital de Risco, a gestão discricionária de carteiras, bem como a consultoria para investimento e demais actividades consentidas por lei.

A 31 de dezembro de 2019 os fundos geridos pela Invest Gestão de Activos são os seguintes:

Fundos Abertos	Data de constituição
Alves Ribeiro PPR - Fundo de Investimento Aberto de Poupança Reforma	15/11/2001
Invest Ibéria - Fundo de Investimento Mobiliário Aberto de Ações	30/04/1999
Fundos Fechados	
Fundo Especial de Investimento Imobiliário Fechado Tejo	09/01/2008
Inspirar - Fundo Especial de Investimento Imobiliário Fechado	26/09/2008

As demonstrações financeiras da Sociedade em 31 de Dezembro de 2019 foram aprovadas pelo Conselho de Administração em 29 de Janeiro de 2020 e pela Assembleia Geral em 4 de Fevereiro de 2020.

2. POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

2.1. Bases de apresentação

As demonstrações financeiras da Sociedade foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, com base nos livros e registos contabilísticos mantidos de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro ("IFRS") conforme aprovadas pela União Europeia

(Montantes em Euros, excepto quando expressamente indicado)

("EU") a partir do exercício de 2017, no âmbito do disposto no Regulamento (CE) nº 1606/2002 do Parlamento Europeu e do Conselho de 19 de Julho de 2002 e do Aviso do Banco de Portugal nº 5/2015, de 7 de Dezembro. As IFRS incluem as normas emitidas pela *International Interpretations Committee* ("IFRIC") e pelos respectivos órgãos antecessores.

As demonstrações financeiras são apresentadas em Euros arredondados ao Euro mais próximo.

As demonstrações financeiras da Sociedade para o exercício findo em 31 de dezembro de 2019 foram preparadas em conformidade com as IFRS aprovadas pela EU e em vigor nessa data.

As políticas contabilísticas apresentadas nesta nota foram aplicadas de forma consistente com as utilizadas na preparação das demonstrações financeiras do exercício anterior.

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com o princípio do custo histórico. A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as IFRS requer que o Conselho de Administração formule julgamentos, estimativas e pressupostos que afectam a aplicação de políticas contabilísticas e o valor dos activos, passivos, proveitos e custos. As estimativas e pressupostos associados são baseados na experiência histórica e noutros factores considerados razoáveis de acordo com as circunstâncias e formam a base para os julgamentos sobre os valores dos activos e passivos cuja valorização não é evidente através de outras fontes. Os resultados reais podem diferir das estimativas. As questões que requerem um maior índice de julgamento ou complexidade ou para os quais os pressupostos e estimativas são considerados significativos são apresentados na política descrita na nota 2.8.

2.2. Desreconhecimento

A Sociedade desreconhece activos financeiros quando expiram todos os direitos aos fluxos de caixa futuros. Numa transferência de activos, o desreconhecimento apenas pode ocorrer quando substancialmente todos os riscos e benefícios dos activos financeiros foram transferidos ou a Sociedade não mantém controlos dos mesmos.

A Sociedade procede ao desreconhecimento de passivos financeiros quando estes são cancelados ou extintos.



(Montantes em Euros, excepto quando expressamente indicado)

2.3. Especialização dos exercícios

Os custos e proveitos são reconhecidos de acordo com o princípio contabilístico da especialização de exercícios sendo registados na demonstração de resultados quando se vencem, independente do momento do seu pagamento ou recebimento.

2.4. Comissão de Gestão

A comissão de Gestão corresponde à remuneração da Sociedade pela Gestão do património dos fundos. Esta comissão é calculada diariamente por aplicação de uma taxa fixa, definida no respetivo regulamento de gestão sobre o património líquido dos Fundos, sendo registada na rubrica "Outras comissões recebidas" (Proveitos) da demonstração de resultados.

Os proveitos resultantes de comissões são reconhecidos de acordo com os seguintes critérios:

- Quando são obtidos à medida que os serviços são prestados, o seu reconhecimento em resultados é efectuado no período a que respeitam; ou
- Quando resultam de uma prestação de serviços, o seu reconhecimento é efectuado quando o referido serviço está incluído; e
- Quando são uma parte integrante da taxa de juro efectiva de um instrumento financeiro, os proveitos resultantes de serviços e comissões são registados na margem financeira.

2.5. Activos intangíveis

Software

A Invest Gestão de Activos regista em activos intangíveis os custos associados ao *software* adquirido a entidades terceiras e procede à sua amortização linear no período de vida útil estimado. A Sociedade não capitaliza custos gerados internamente relativos ao desenvolvimento de *software*. Os activos intangíveis encontram-se totalmente amortizados.

2.6. Caixa e equivalentes de caixa

Para efeitos da demonstração de fluxos de caixa, a caixa e seus equivalentes englobam valores registados no balanço com maturidade inferior a 3 meses a partir da data da contratação, onde se incluem a caixa e as disponibilidades em outras instituições de crédito.

(Montantes em Euros, excepto quando expressamente indicado)

2.7. Impostos sobre lucros

A Invest Gestão de Activos está sujeita a tributação em sede de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas (IRC) e correspondente Derrama, sujeita a tributação pelo Lucro Consolidado, conforme autorização em 08/10/1999.

A taxa de IRC em 2019 e de 2018 foi de 21%. Para as Pequenas e Médias estabelece-se uma taxa reduzida de 17%, aplicável aos primeiros 15.000 Euros de matéria colectável.

O total dos impostos sobre lucros registados em resultados engloba os impostos correntes e os impostos diferidos.

Existem diversas transacções e cálculos para os quais a determinação do valor final do imposto a pagar é incerto durante o ciclo normal dos negócios. Outras interpretações e estimativas poderiam resultar num nível diferente dos impostos sobre os lucros, correntes e diferidos, reconhecidos no período.

2.8. Estimativas contabilísticas na aplicação das políticas contabilísticas

As IFRS estabelecem um conjunto de tratamentos contabilísticos que requerem que o Conselho de Administração utilize julgamentos e faça as estimativas necessárias de forma a decidir qual o tratamento contabilístico mais adequado. As principais estimativas contabilísticas e julgamentos utilizados na aplicação dos princípios contabilísticos da Sociedade são analisados nos parágrafos seguintes, no sentido de melhorar o entendimento de como a sua aplicação afecta os resultados reportados e a sua divulgação.

Considerando que em algumas situações existem alternativas ao tratamento contabilístico adoptado pela Sociedade, os resultados reportados poderiam ser diferentes caso um tratamento diferente tivesse sido escolhido. O Conselho de Administração considera que os critérios adoptados são apropriados e que as demonstrações financeiras apresentam de forma adequada a posição financeira da Sociedade e das suas operações em todos os aspectos materialmente relevantes.

Os resultados das alternativas analisadas de seguida são apresentados apenas para assistir o leitor no entendimento das demonstrações financeiras e não têm intenção de sugerir que outras alternativas são mais apropriadas.



(Montantes em Euros, excepto quando expressamente indicado)

Imposto sobre os lucros

Para determinar o montante global de impostos sobre os lucros foi necessário efectuar determinadas interpretações e estimativas. Existem diversas transacções e cálculos para os quais a determinação dos impostos a pagar é incerta durante o ciclo normal de negócios.

Outras interpretações e estimativas poderiam resultar num nível diferente de impostos sobre os lucros, correntes e diferidos, reconhecidos no exercício.

As Autoridades Tributária e Aduaneira Portuguesa têm a possibilidade de rever o cálculo da matéria colectável efectuado pela Sociedade durante um período quatro anos, excepto quando tenha havido reporte prejuízos fiscais, deduções de crédito de imposto, bem como quaisquer outras deduções (em que este prazo passará a ser o do período desse direito). Desta forma é possível que haja correcções à matéria colectável, resultantes principalmente de diferenças na interpretação da legislação fiscal, que pela sua probabilidade, o Conselho de Administração considera que não terão efeito materialmente relevante ao nível das demonstrações financeiras.

3. DISPONIBILIDADES EM INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO

Em 31 de Dezembro de 2019 e 2018 esta rubrica tem a seguinte composição:

	31/12/2019	31/12/2018
Depósitos à ordem		
Banco Invest, S.A	3 623	164 205
	<u>3 623</u>	<u>164 205</u>

4. OUTROS CRÉDITOS SOBRE INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO

Em 31 de Dezembro de 2019 e 2018 esta rubrica tem a seguinte composição:

	31/12/2019	31/12/2018
Depósitos a prazo		
Banco Invest, S.A	2 918 000	2 443 000
Juros de depósitos a prazo		
Banco Invest, S.A	4	1 863
	<u>2 918 004</u>	<u>2 444 863</u>

(Montantes em Euros, excepto quando expressamente indicado)

5. ACTIVOS INTANGÍVEIS

Em 31 de Dezembro de 2019 e 2018 esta rubrica tem a seguinte composição:

	31/12/2019	31/12/2018
Activos Intangíveis		
Sistema de tratamento de dados	43 500	43 500
Amortizações acumuladas	(43 500)	(43 500)
	<u>-</u>	<u>-</u>

6. CONTAS DE REGULARIZAÇÃO

Em 31 de Dezembro de 2019 e 2018, esta rubrica apresenta a seguinte composição:

CONTAS DE REGULARIZAÇÃO

	31-12-2019	31-12-2018
ATIVO		
Rendimentos a receber		
Comissões de gestão dos fundos	60.986	38.573
Despesas diferidas	3.075	-
	<u>64.061</u>	<u>38.573</u>
PASSIVO		
Encargos a pagar		
Por gastos com pessoal	20.441	13.340
Auditoria	-	1.230
	<u>20.441</u>	<u>14.570</u>
Credores e outros recursos		
Sector Público Administrativo		
Retenção de imposto na fonte	2.680	1.196
Contribuições para a Segurança Social	4.226	1.932
Outros	2.197	-
	<u>9.103</u>	<u>3.128</u>
	<u>29.544</u>	<u>17.698</u>

(Montantes em Euros, excepto quando expressamente indicado)

7. IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO

Os saldos de passivos por impostos sobre o rendimento em 31 de Dezembro de 2019 e 2018 eram os seguintes:

	31-12-2019	31-12-2018
Passivos por impostos correntes		
Estimativa de imposto	89.673	72.345
	<u>89.673</u>	<u>72.345</u>

A sociedade está sujeita a tributação em sede de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas (IRC) e correspondente Derrama, sujeita a tributação pelo Lucro Consolidado, conforme autorização em 08/10/1999.

Em 31 de Dezembro de 2019 a Sociedade constituiu uma provisão para impostos sobre lucros no montante de 89.673 Euros (31 de Dezembro de 2018: 72.345 Euros).

8. CAPITAL

Em 31 de Dezembro de 2019 e 2018, o capital da Sociedade era constituído por 50.000 acções com valor nominal de 5 Euros cada, com um total de 250.000 Euros, totalmente subscrito e realizado pelo Banco Invest, S.A..

9. RESERVAS, RESULTADOS TRANSITADOS E RESULTADO DO EXERCÍCIO

Em 31 de Dezembro de 2019 e 2018, as rubricas de reservas e resultados transitados têm a seguinte composição:

	31-12-2019	31-12-2018
Reserva Legal	50.000	50.000
Reserva Livre	2.257.597	2.008.409
	<u>2.307.597</u>	<u>2.058.409</u>

(Montantes em Euros, excepto quando expressamente indicado)

Reserva legal

De acordo com a legislação em vigor, pelo menos 5% do lucro líquido anual, apurado nas contas individuais da Sociedade, tem de ser destinado ao reforço da reserva legal até que esta represente pelo menos 20% do capital subscrito. Esta reserva não é distribuível a não ser em caso de liquidação da Sociedade, mas pode ser utilizada para absorver prejuízos depois de esgotadas as outras reservas ou para aumento de capital.

10. JUROS E RENDIMENTOS SIMILARES

A rubrica de Juros e rendimentos similares é analisada como segue:

	2019	2018
Juros de depósitos a prazo	2.626	3.618
	<u>2.626</u>	<u>3.618</u>

11. COMISSÕES

A rubrica Comissões é analisada como segue:

	2019	2018
Rendimentos de serviços e comissões: Comissões recebidas dos fundos	575.904	420.302
	<u>575.904</u>	<u>420.302</u>

(Montantes em Euros, excepto quando expressamente indicado)

12. GASTOS GERAIS ADMINISTRATIVOS

A rubrica Gastos gerais administrativos é analisada como segue:

	2019	2018
Serviços especializados	29.949	8.845
Publicidade e edição de publicações	-	80
Prestação de serviços - Banco Invest, S.A.	11.070	11.070
Outros serviços de terceiros	9.779	796
	<u>50.798</u>	<u>20.791</u>

Os honorários do Revisor Oficial de Contas relativos à Certificação Legal das Contas e trabalhos decorrentes dessa função de supervisão ascenderam a 1.230 Euros (2018: 1.230 Euros).

13. CUSTOS COM O PESSOAL

A rubrica Custos com o pessoal é analisada como segue:

	2019	2018
Salários e Vencimentos		
Orgãos de Gestão e Fiscalização	37.459	51.835
Empregados	66.674	16.479
	<u>104.133</u>	<u>68.314</u>
Encargos sobre a remuneração		
Segurança Social	24.287	13.282
	<u>24.287</u>	<u>13.282</u>
Outros	481	-
	<u>481</u>	<u>-</u>
Seguros	283	-
	<u>283</u>	<u>-</u>
	<u>129.184</u>	<u>81.596</u>

(Montantes em Euros, excepto quando expressamente indicado)

14. FUNDOS GERIDOS

A Sociedade gere dois Fundos Mobiliários Abertos e dois Fundos Imobiliários Fechados, cujo valor líquido a 31 de Dezembro de 2019 corresponde a 100.430.133 Euros (31 de Dezembro de 2018: 61.924.259 Euros).

	Valor Líquido Global do Fundo 31-12-2019	Valor Líquido Global do Fundo 31-12-2018
Fundos Abertos		
Alves Ribeiro PPR - Fundo de Investimento Aberto de Poupança Reforma	76.885.949	39.606.362
Invest Ibéria - Fundo de Investimento Mobiliário Aberto de Ações	6.062.793	5.708.025
Fundos Fechados		
Fundo Especial de Investimento Imobiliário Fechado Tejo	8.293.083	8.062.341
Inspirar - Fundo Especial de Investimento Imobiliário Fechado	9.188.308	8.547.531
	<hr/>	<hr/>
	100.430.133	61.924.259

As funções da entidade comercializadora e de Banco depositário para os Fundos acima indicados, são exercidas pelo Banco Invest.



(Montantes em Euros, excepto quando expressamente indicado)

15. ENTIDADES RELACIONADAS

São consideradas entidades relacionadas da Sociedade as entidades pertencentes ao Grupo Alves Ribeiro. Em 31 de Dezembro de 2019 e 2018, os principais saldos e transacções mantidos com entidades do Grupo, são os seguintes:

	31-12-2019	31-12-2018
Banco Invest, S.A.		
<u>Balanço</u>		
Disponibilidades em instituições de crédito	3.623	164.205
Aplicações em instituições de crédito	2.918.004	2.444.863
	2019	2018
<u>Demonstração de Resultados</u>		
Juros e rendimentos similares	(2.626)	(3.618)
Gastos gerais administrativos	11.070	11.070

16. DIVULGAÇÕES EXIGIDAS POR DIPLOMAS LEGAIS

De acordo com a informação requerida pelo Art.º 66-A e pelo Art.º 508-F do Código das Sociedades Comerciais:

- Não existem operações não incluídas no balanço, pelo que não haverão impactos financeiros a reportar.
- Os honorários totais facturados no período findo em 31 de Dezembro de 2019 pelo Revisor Oficial de Contas ascenderam a 1.230 Euros (2018: 1.230 Euros), integralmente relacionados com a Revisão legal das contas anuais.

De acordo com a informação requerida pelo Art.º 21º do Decreto-Lei n.º 411/91 e pelo Decreto-Lei n.º 534/80:

- A Empresa não tem contribuições em dívida à Segurança Social;
- A Empresa não tem impostos em mora ao Estado.

17. ACONTECIMENTOS APÓS A DATA DO BALANÇO

Os eventos ocorridos após a data das demonstrações financeiras e até à data da sua aprovação, foram os seguintes:

COVID-19

O Covid-19 tem vindo a afetar um conjunto muito alargado de países e milhares de pessoas em todo o mundo, sendo previsível que o número de infetados irá continuar a aumentar.

(Montantes em Euros, excepto quando expressamente indicado)

Tendo presente esta situação, a Sociedade considera prematuro estimar eventuais impactos do Covid-19. Salienta-se contudo, que têm sido emitidas notas por parte de entidades supranacionais e agências de rating no sentido da revisão em baixa das perspectivas de crescimento económico mundial e Europeu em 2020.

Com base em toda a informação disponível à data, incluindo no que respeita à situação de liquidez e de capital, bem como quanto ao valor dos ativos, considera-se que se mantém aplicável o princípio da continuidade das operações que esteve subjacente à elaboração das demonstrações financeiras.

Handwritten signature in blue ink, consisting of several stylized, overlapping characters.



CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas de INVEST – Gestão de Activos, Sociedade Gestora de Fundos de Investimento Mobiliário, S.A. (a Entidade), que compreendem o balanço em 31 de Dezembro de 2019 (que evidencia um total de 2.985.688 euros e um total de capital próprio de 2.866.471 euros, incluindo um resultado líquido de 308.874 euros), a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração das alterações no capital próprio e a demonstração dos fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e o anexo às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira de INVEST – Gestão de Activos, Sociedade Gestora de Fundos de Investimento Mobiliário, S.A., em 31 de Dezembro de 2019 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data de acordo com as Normas de Contabilidade Ajustadas (Normas Internacionais de Contabilidade ajustadas para o setor bancário).

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras” abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Responsabilidades do órgão de gestão pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Entidade de acordo com as Normas de Contabilidade Ajustadas (Normas Internacionais de Contabilidade ajustadas para o setor bancário);
- elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;



- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devido a fraude ou erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetarmos uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- concluimos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;
- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;



- comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre o relatório de gestão

Dando cumprimento ao artigo 451.º, n.º 3, al. e) do Código das Sociedades Comerciais, somos de parecer que o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor, a informação nele constante é concordante com as demonstrações financeiras auditadas e, tendo em conta o conhecimento e apreciação sobre a Entidade, não identificámos incorreções materiais.

31 de Janeiro de 2020

Martins Pereira, João Careca & Associados, SROC, Lda.
representada por João António de Carvalho Careca

RELATÓRIO E PARECER DO FISCAL ÚNICO

Exmos. Senhores Acionistas,

Nos termos da lei e do mandato que nos foi conferido, vimos submeter à vossa apreciação o relatório sobre a atividade de fiscalização desenvolvida e dar o parecer sobre o relatório de gestão, demonstrações financeiras e proposta de aplicação de resultados, apresentados pelo Conselho de Administração da INVEST – Gestão de Activos, Sociedade Gestora de Fundos de Investimento Mobiliário, S.A., relativamente ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2019.

RELATÓRIO

No desempenho das funções que nos são atribuídas pelo artº 420º do Código das Sociedades Comerciais, acompanhámos regularmente a atividade da Sociedade, através da análise das suas contas e dos princípios contabilísticos e critérios valorimétricos que lhe estão subjacentes, assim como, através de contactos estabelecidos com o Conselho de Administração e os Serviços, que nos facultaram sempre todos os elementos e esclarecimentos solicitados, o que apraz registar e agradecer.

Em resultado do trabalho efetuado, é nossa convicção que o relatório de gestão, as demonstrações financeiras e o respetivo anexo, são suficientemente esclarecedores da situação da Sociedade e que satisfazem as disposições legais e estatutárias.

Adicionalmente, elaborámos a Certificação Legal das Contas, a qual foi emitida sem reservas.

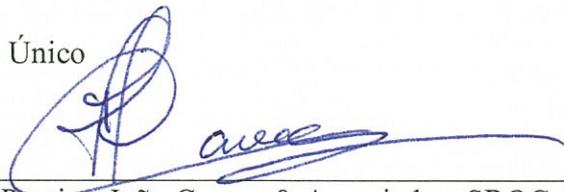
PARECER

Considerando o trabalho efetuado, somos do parecer que a Assembleia-Geral da INVEST – Gestão de Activos, Sociedade Gestora de Fundos de Investimento Mobiliário, S.A.:

- a) Aprove o relatório do Conselho de Administração e as contas do exercício findo em 31 de Dezembro de 2019.
- b) Aprove a proposta de aplicação de resultados constante do relatório do Conselho de Administração.

Lisboa, 31 de Janeiro de 2020

O Fiscal Único



Martins Pereira, João Careca & Associados, SROC, Lda.
Representada por João António de Carvalho Careca